



# 1º SIMULADO REGULAR DE **PROCURADORIAS**

## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é regular de Procuradoria.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos dos programas dos editais dos concursos.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil das bancas organizadoras dos concursos.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

### PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-Regular-de-Procuradoria-05-06>



Cartão de Respostas									
1		21		41		61		81	
2		22		42		62		82	
3		23		43		63		83	
4		24		44		64		84	
5		25		45		65		85	
6		26		46		66		86	
7		27		47		67		87	
8		28		48		68		88	
9		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	

**PROVA OBJETIVA****DIREITO CONSTITUCIONAL**

Marcel Torres

**01.** Acerca da competência legislativa, segundo a Jurisprudência do STF, é **incorreto** afirmar:

- a) É inconstitucional lei estadual que proíbe a suspensão de planos de saúde em razão do inadimplemento durante a pandemia.
- b) É inconstitucional lei estadual que estabelece que o condutor não pode sofrer qualquer restrição administrativa ao seu direito de dirigir enquanto não houvesse decisão definitiva, em sede administrativa ou judicial, sempre que a infração pudesse resultar na suspensão ou na cassação da CNH.
- c) É constitucional a lei estadual que fixa o prazo de 10 anos para anulação de atos administrativos declarados inválidos pela administração estadual.
- d) É constitucional lei estadual que proíbe ligações de telemarketing para oferecimento de empréstimo a aposentados e pensionistas.
- e) É inconstitucional lei estadual que obriga estacionamento privados a reduzirem 50% do valor de tarifas para motocicletas, em relação à cobrança para automóveis.

**02.** Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Quanto à prerrogativa de foro, no caso de “mandatos cruzados”, o STF mantém a sua competência penal para julgamento.

II. Sobrevindo regras que alterem o regime de imunidade parlamentar em nível federal, ocorrerá a sua aplicação automática aos deputados estaduais.

III. Os deputados estaduais gozam das mesma imunidade formais que os deputados federais.

Estão corretos, apenas, os itens:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I, II e III.

**03.** Nos termos da Constituição Federal e jurisprudência aplicável, acerca da sistemática de pagamento dos débitos judiciais dos entes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) Os honorários advocatícios não são considerados débitos de natureza alimentar para fins de expedição de precatórios.
- b) O crédito referente aos honorários de sucumbência é único e deve ser considerado em sua integralidade, sendo vedada a execução individual.
- c) A verba honorária consubstancia direito autônomo, podendo ser executada em separado e não se confundindo com o crédito principal, não configurando o fracionamento da execução após a expedição do ofício requisitório quebra da ordem cronológica dos precatórios.
- d) A exceção prevista no art. 100, caput, da Constituição, em favor dos créditos de natureza alimentícia, não dispensa a expedição de precatório e não os isenta da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza.
- e) O crédito representado no precatório, objeto da cessão, pode ter a sua natureza alterada a depender das qualidades normativas do cessionário e da forma como este veio a assumir a condição de titular.

**04.** Quanto ao funcionalismo público:

I. A lei estadual que criar cargo em comissão deverá definir o regime previdenciário ao qual o seu ocupante estará submetido.

II. A lei que criar cargo em comissão deverá definir as suas atribuições, vedada a delegação ao administrador para referida regulamentação.

III. Os cargos em comissão somente podem ser criados para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, pressupondo a existência de relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III.

**05.** A decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei, afaste sua incidência, no todo ou em parte, viola, especificamente, a cláusula de reserva de plenário, sendo um exemplo:

- a) As decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais.
- b) As decisões fundadas em jurisprudência das Turmas ou Plenário do STF.
- c) As decisões que declaram a inconstitucionalidade de lei, ainda que parcial, quando houver declaração anterior proferida pela maioria absoluta do órgão especial ou Plenário do Tribunal respectivo.
- d) As decisões originais de órgãos fracionários que reconhecem a constitucionalidade de lei.
- e) As decisões que deixam de aplicar lei ou ato normativo ao caso concreto, ainda que não fundadas em incompatibilidade com norma constitucional.

**06.** Acerca das CPIs, é correto afirmar que:

- a) As Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas pelo poder legislativo de qualquer ente federado possuem os poderes instrutórios inerentes à autoridade judiciais.

b) A atuação das comissões parlamentares de inquérito insere-se no âmbito da função fiscalizatória do Poder Legislativo, considerada função atípica desse poder.

c) As comissões parlamentares de inquérito são comissões temporárias destinadas a investigar fato certo e determinado.

d) As comissões parlamentares de inquérito são instrumentos de controle interno do poder legislativo.

e) As comissões parlamentares de inquérito possuem autonomia para promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

**07.** Considere uma situação hipotética em que o prefeito de determinado município deseje concorrer ao cargo de governador do respectivo estado. Nesse caso:

a) O Prefeito poderá continuar a exercer o cargo de prefeito até o momento de eventual posse como governador, se eleito.

b) O prefeito deverá licenciar-se temporariamente para concorrer às eleições até 3 meses antes do pleito.

c) O prefeito deverá renunciar o seu mandato até 3 meses antes do pleito eleitoral para que possa concorrer.

d) Não se aplica a regra constitucional de desincompatibilização, uma vez que o cargo ao qual deseja concorrer situa-se em esfera da federação de maior espectro territorial.

e) Há necessidade de desincompatibilização para concorrer ao cargo de governador, sendo preciso que se renuncie ao mandato de prefeito até seis meses antes do pleito eleitoral.

**08.** Quanto ao conteúdo, estabilidade, origem e finalidade, pode-se dizer que a Constituição Federal Brasileira de 1988 é, respectivamente:

- a) Heterodoxa, Promulgada, Rígida e Dirigente.
- b) Dogmática, Histórica, Rígida e Garantia.
- c) Escrita, Outorgada, Analítica e Material.
- d) Promulgada, Normativa, Semirrígida e Laica.
- e) Formal, Rígida, Promulgada e Dirigente.

**09.** Analise as seguintes normas constitucionais:

Art. 5.º. (...) XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Art. 5.º. (...) LVIII – o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

Art. 18. (...) § 1.º Brasília é a Capital Federal.

Quanto ao grau de eficácia, referidas normas podem ser classificadas como:

- a) contida, contida e plena.
- b) limitada, plena e contida.
- c) contida, plena e plena.
- d) plena, contida e limitada.
- e) programática, plena e contida.

**10.** A sucessão constitucional pode produzir os seguintes efeitos:

I. Inconstitucionalidade das leis anteriores com ela conflitantes.

II. Alteração do status formal de normas de natureza diversa elaboradas sob a égide da Constituição anterior.

III Recepção de normas anteriores ainda que a sua forma original não mais seja admitida pela Constituição superveniente, desde que seu conteúdo seja compatível com esta.

Estão corretos os itens:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

**11.** Assinale ao vício normativo que poderia ser classificado como “inconstitucionalidade nomoestática”:

- a) A inconstitucionalidade de norma estadual que permite a veiculação de nomes dos gestores públicos em campanhas normativas do ente respectivo.
- b) A inconstitucionalidade de norma estadual que usurpa competência municipal.

c) A inconstitucionalidade de norma estadual que usurpa competência federal.

d) A inconstitucionalidade de norma federal que viola regra de iniciativa.

e) A inconstitucionalidade de norma municipal que viola regras de elaboração do processo legislativo.

**12.** A afirmação de que “a Constituição é a soma dos fatores reais de poder” relaciona-se com a concepção de Constituição:

- a) no sentido histórico.
- b) no sentido lógico-jurídico.
- c) no sentido sociológico.
- d) no sentido jurídico-positivo.
- e) no sentido político.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

**13.** Com relação ao regime jurídico da Administração Pública, assinale a alternativa correta

a) o princípio da moralidade possui caráter social, tendo em vista que possui como fundamento o entendimento da sociedade daquilo que é bom e que é ruim.

b) O princípio da juridicidade, por constituir uma nova compreensão da ideia de legalidade, acarretou o aumento do espaço de discricionariedade do administrador público.

c) De acordo com o STF, é incabível invocar o princípio da segurança jurídica ou da confiança legítima para manutenção em cargo público de candidato não aprovado que nele tomou posse em decorrência de decisão judicial precária posteriormente revogada, ainda que tenha integrado o cargo por muitos anos.

d) Não é legítima a publicação, em sítio eletrônico mantido pela administração pública, de nomes de servidores e dos valores dos respectivos vencimentos e vantagens pecuniárias.

e) Dado o princípio da autotutela, poderá a administração anular a qualquer tempo seus próprios atos, ainda que eles tenham produzido efeitos benéficos a terceiros.

**14.** No que se refere aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) O poder hierárquico pode se manifestar tanto dentro de uma mesma pessoa jurídica, como entre pessoas jurídicas distintas.
- b) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- c) A penalidade de multa imposta ao particular por estacionar em local proibido é expressão do poder disciplinar.
- d) O poder disciplinar é aquele que a Administração Pública utiliza para restringir a propriedade dos particulares e lhes aplicar sanções em prol do interesse público.
- e) O exercício do poder de polícia será sempre preventivo.

**15.** Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), é correto afirmar que:

- a) O Ministério Público tem a titularidade exclusiva para representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- b) A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá as informações sobre o fato e sua autoria, sendo vedada qualquer exigência relativa à qualificação do representante.
- c) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao juiz, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- d) A indisponibilidade dos bens do indiciado recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.
- e) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer

ilicitamente não está sujeito às cominações da lei de improbidade administrativa.

**16.** Assinale a alternativa que se coaduna com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal sobre o tema Servidores Públicos

- a) A jurisprudência do STF exige processo administrativo, com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso.
- b) O Supremo Tribunal Federal entende cabível o aumento de vencimentos de servidores públicos pelo Poder Judiciário.
- c) O direito ao auxílio-alimentação é extensível aos servidores inativos.
- d) Ofende a Constituição a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos de servidores públicos.
- e) Reitor de universidade é livremente demissível pelo presidente da república durante o prazo de sua investidura.

**17.** A administração pública pretende celebrar parceria, sem repasse de recursos financeiros, com determinada organização da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco no âmbito da educação pública. Com relação a essa situação hipotética, julgue o próximo item, de acordo com a Lei n.º 13.019/2014. O instrumento jurídico adequado para esta parceria é o

- a) Acordo de cooperação.
- b) Termo de fomento.
- c) Contrato de gestão.
- d) Termo de parceria.
- e) Termo de colaboração.

**18.** Sobre os atos administrativos, suas modalidades de extinção e a possibilidade de convalidação, assinale a alternativa correta

- a) A anulação dos atos administrativos gera efeito ex tunc, permanecendo válidas todas as situações ocorridas antes da anulação.
- b) Nem todo ato administrativo é passível de revogação, a exemplo dos atos vinculados.
- c) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis serão aproveitados pela Administração, mesmo que tenham causado prejuízo a particulares.
- d) A revogação dos atos administrativos pode ser realizada pelas instâncias administrativa, controladora e judicial, desde que respeitados os direitos adquiridos.
- e) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados.

**19.** Norma de Constituição Estadual que exija prévia arguição e aprovação da Assembleia Legislativa para que o Governador do Estado nomeie o titular da Procuradoria-Geral do Estado é:

- a) Constitucional por não afetar a separação de poderes.
- b) Constitucional por estar de acordo com o modelo previsto na Constituição Federal.
- c) Constitucional por se tratar de decisão atribuída aos estados.
- d) Inconstitucional por expressa vedação constitucional.
- e) Inconstitucional por afetar a separação dos Poderes.

**20.** Sobre as disposições concernentes aos bens públicos, assinale a alternativa correta

- a) Os bens das empresas públicas ou sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, ainda que afetados a essa finalidade, são considerados bens privados.
- b) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- c) A utilização dos bens de uso comum do povo, os quais são destinados à utilização geral pelos indivíduos, não pode sofrer restrições por ato do poder público.
- d) As terras devolutas pertencem, em regra, aos Estados-membros, com exceção daquelas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, que são de propriedade da União.
- e) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são exemplos de bens de uso especial e pertencem aos Estados.

**21.** Sobre o tema Organização da Administração Pública, assinale a alternativa que encontra-se em consonância com a legislação pátria, doutrina e jurisprudência:

- a) As autarquias estão sujeitas ao controle hierárquico do ente que as criou.
- b) As empresas públicas deverão ser constituídas pela forma de sociedade anônima.
- c) A Administração Indireta está ligada à ideia de descentralização, isto é, à criação de pessoas jurídicas especializadas, as quais estão sujeitas ao controle finalístico das entidades da Administração Direta.
- d) As sociedades de economia mista e as empresas públicas prestadoras de serviços públicos não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- e) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT não tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados.

**22.** No que diz respeito aos serviços públicos e sua concessão assinale a alternativa correta

- a) Não é necessária autorização legislativa para que o Poder Público realize a concessão de serviço público.
- b) A contratação de parceria público-privada deve ser precedida de licitação na modalidade de tomada de preço, estando a abertura do processo licitatório condicionada a autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico.
- c) Incumbe ao Poder Concedente declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública e promover diretamente as desapropriações, cabendo à concessionária responsabilizar-se pelas indenizações decorrentes.
- d) Salvo situações excepcionais, devidamente comprovadas, o implemento de transporte público coletivo pressupõe prévia licitação.
- e) A concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens, ao passo que a concessão administrativa é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

**23.** Assinale a alternativa que se coaduna com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça sobre Desapropriação

- a) Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel.
- b) Os juros compensatórios, na desapropriação direta, incidem a partir da imissão na posse, calculados sobre o valor da indenização, sem direito a correção monetária.
- c) A incidência dos juros moratórios sobre os compensatórios, nas ações expropriatórias, constitui anatocismo vedado em lei.
- d) Na desapropriação para instituir servidão administrativa não são devidos os juros

compensatórios pela limitação de uso da propriedade.

- e) A invasão do imóvel não é causa de suspensão do processo expropriatório para fins de reforma agrária.

**24.** No que diz respeito à Lei de Acesso à Informação, assinale a assertiva correta sobre as informações pessoais, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas.

- a) Terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 25 (vinte e cinco) anos a contar da data de sua produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.
- b) Poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros independentemente de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.
- c) Aquele que obtiver acesso a essas informações não poderá ser responsabilizado por seu uso indevido.
- d) A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido.
- e) Terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 15 (quinze) anos a contar da data de sua produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

25. No âmbito do Direito Tributário, para o CTN são consideradas normas complementares:

- a) os atos administrativos expedidos pelas autoridades administrativas e judiciais no exercício da competência jurisdicional;
- b) as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição contenciosa ou voluntária, a que a lei atribuir eficácia normativa;
- c) as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas e judiciais com repercussão geral;
- d) Os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e as organizações das sociedade civil;
- e) as práticas reiteradamente observadas pela autoridade administrativa.

26. Sobre a majoração de tributo por meio de medida provisória, assinale a alternativa correta.

- a) Não é possível majorar tributo por meio de medida provisória;
- b) Medida provisória que aumente qualquer imposto, em razão da relevância e urgência, produzirá efeitos imediatamente.
- c) Para o Supremo Tribunal Federal, medida provisória que majora qualquer espécie tributária tem como o seu termo inicial para contagem do prazo da anterioridade nonagesimal o momento da sua edição.
- d) o termo inicial do prazo da anterioridade anual é a data da conversão em lei da medida provisória, quando o objeto desta for a instituição ou majoração de qualquer espécie tributária que não os impostos.
- e) Em qualquer caso, o termo inicial é a edição da medida provisória, nos casos em que a instituição e majoração do tributo for realizada no curso do processo legislativo.

27. Sobre a preferência do crédito tributária, assinale a alternativa incorreta

- a) o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho;
- b) o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais, nos termos da lei falimentar, mas não preferem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;
- c) Para o Superior Tribunal de Justiça a decretação da indisponibilidade de bens e direitos, na forma do art; 185 - A do CTN, pressupõe o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis, o qual fica caracterizado quando infrutíferos o pedido de constrição sobre ativos financeiros e a expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado, ao Denatran ou Detran.
- d) São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do de cujus ou de deu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento;
- e) São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

**28.** Sobre o processo tributário, assinale a alternativa correta

- a) a execução fiscal não poderá ser promovida contra o responsável por dívidas tributárias de pessoas jurídicas privadas;
- b) de acordo com a Lei Federal nº 6.830/80, a petição inicial indicará, dentre outras coisas, o juiz a quem é dirigida, causa de pedir, pedido e requerimento para citação.
- c) O despacho do juiz que deferir a inicial de execução fiscal importa, dentre outras coisas, na citação, mas não na avaliação dos bens penhorados ou arrestados, para isto a necessidade de pedido próprio e nova análise judicial;
- d) O despacho do juiz, que ordenar a citação, suspende a prescrição;
- e) Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, o executado poderá indicar à penhora bens oferecidos por terceiros.

**29.** Assinale a alternativa correta

- a) Para o Supremo Tribunal Federal é possível o pagamento de tributo in natura ou in labore desde que seja possível exprimir seu valor em moeda;
- b) Os tributos em regra possuem natureza fiscal e, excepcionalmente, pode possuir natureza punitiva;
- c) Nosso sistema jurídico tributário, sendo entendimento do Supremo Tribunal Federal, adotou o princípio do non olet;
- d) a cobrança tributária deverá sempre acontecer de maneira discricionária;
- e) Para o STF o princípio da capacidade contributiva não se estende as taxas e aos impostos reais;

**30.** De acordo com os tribunais superiores

- a) O contribuinte do IPTU não é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço, isto porque o lançamento tributário acontece antes, de ofício, o carnê é mera cobrança do tributo que já foi lançado.
- b) cabe a lei federal geral estabelecer o sujeito passivo do IPTU

c) O locatário não possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado, apenas para repetir o indébito destes tributos caso tenha sido ele quem efetuou o pagamento;

d) É inconstitucional a incidência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS - sobre operações de locação de bens móveis;

e) É constitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis - ITBI com no valor venal do imóvel.

**31.** De acordo com entendimento dos nossos tribunais, está incorreto

a) Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro;

b) O imposto de transmissão “causa mortis” é calculado sobre o valor dos bens na data da abertura da sucessão;

c) O imposto de transmissão “causa mortis” é devido pela alíquota vigente ao tempo da abertura da sucessão;

d) O imposto de transmissão “causa mortis” não é exigível antes da homologação do cálculo;

e) O ICMS não incide sobre o serviço de habilitação de telefone celular

**32.** De acordo com os tribunais superiores:

a) O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito a incidência do Imposto de Renda;

b) Indenização recebida pela adesão a programa de incentivo à demissão voluntária está sujeita à incidência de Imposto sobre a renda

c) Os Estados e o Distrito Federal não são partes legítimas na ação de restituição de imposto de renda retido na fonte proposta por seus servidores.

d) Há incidência de imposto de renda sobre danos morais

e) É necessário a apresentação de laudo médico oficial para o reconhecimento judicial da isenção do imposto de renda em razão de doença grave.

**33. Assinale a alternativa incorreta**

- a) É da essência das taxas ser uma exação vinculada;
- b) Serviço público específico (uti singuli) é aquele que é usufruído individualmente por cada um dos seus usuários;
- c) O serviço público será específico quando for possível a identificação de cada um dos contribuintes que foram beneficiados pela sua prestação;
- d) Segundo o STF, o serviço de segurança pública pode ser custeado por meio de taxa;
- e) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o pedágio é considerado tarifa

**34. Assinale a alternativa incorreta**

- a) A contribuição de melhoria possui como limite geral o valor global da obra e como limite específico a valorização imobiliária;
- b) A contribuição de melhoria não possui natureza vinculada;
- c) A contribuição de melhoria é tributo destinado;
- d) A instituição da contribuição de melhoria é de competência comum;
- e) O serviço de iluminação pública pode ser fato gerador da Taxa

**35. Como forma de proteção à indústria, o presidente da república editou decreto no qual majorou, de 30% para 37%, a alíquota do imposto sobre a importação de produtos estrangeiros destinados à fabricação de computadores. Com base no enunciado, a referida majoração deve**

- a) respeitar a reserva da lei complementar;
- b) ser promovida por emenda constitucional;
- c) ser aprovada por lei ordinária;
- d) respeitar o princípio da anterioridade;
- e) respeitar o princípio da irretroatividade.

**36. assinale a alternativa incorreta**

- a) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência;
- b) fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não figure como obrigação principal;
- c) A definição legal do fato gerador não pode ser interpretada abstraíndo-se dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos
- d) salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existente os seus efeitos, tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;
- e) nos fato geradores em que há negócios jurídicos condicionais, a sua ocorrência se dá, no momento da celebração do negócio

---

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL****Josias Barcelos**

**37. Segundo o Código de Processo Civil, a reclamação**

- a) poderá ser proposta pelo Ministério Público, desde que a matéria envolva interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis.
- b) somente pode ser proposta perante os Tribunais Superiores.
- c) o beneficiário da decisão impugnada somente será citado se o relator entender cabível ao caso concreto.
- d) é cabível para garantir a observância de precedente proferido em julgamentos de incidentes de demandas repetitivas, a fim de dar correta aplicação da tese jurídica.
- e) pode ser utilizada mesmo após o trânsito em julgado da decisão, por não se tratar de recurso.

**38.** Considere as assertivas a seguir sobre a reconvenção.

I. Na contestação é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

II. O réu deve, necessariamente, ao propor reconvenção oferecer contestação.

III. Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias.

IV. A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro ou pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

V. Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) II, IV e V.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) III, IV e V.
- e) I, IV e V.

**39.** Assinale a alternativa que corresponde a enunciado de súmula vinculante.

- a) É cabível ação monitória contra a Fazenda Pública.
- b) Compete à Justiça Estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a ANATEL não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, nem opoente.
- c) O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.
- d) Na ação rescisória, não estão impedidos juízes que participaram do julgamento rescindendo.
- e) A Câmara de Vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.

**40.** De acordo com a atual legislação, a decisão que determinou a exclusão de um litisconsorte

- a) é irrecorrível, mas pode ser questionada por outros meios de impugnação.
- b) desafia recurso de apelação, no prazo de quinze dias, contados a partir da intimação desta decisão.
- c) desafia recurso de agravo de instrumento, no prazo de quinze dias, contados a partir da intimação desta decisão.
- d) não apresenta recorribilidade imediata, e, por isso, não se submete à preclusão temporal antes da prolação da sentença, pois pode ser alegada quando da apelação, no prazo de quinze dias, contados a partir da intimação da sentença.
- e) pode desafiar recurso de agravo de instrumento ou de apelação, conforme o momento do processo em que a decisão for proferida; em ambos os casos, o prazo será de quinze dias, contados a partir intimação da decisão.

**41.** Sobre o incidente de desconconsideração de personalidade jurídica, é correto afirmar:

- a) É cabível em todas as fases do processo de conhecimento, inclusive no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- b) Após a instauração do incidente, o sócio ou a pessoa jurídica serão intimados para manifestar e requerer as provas cabíveis no prazo de quinze dias.
- c) Concluída a instrução o incidente será resolvido por sentença.
- d) A instauração do incidente suspenderá o processo, ainda que a desconconsideração da personalidade jurídica tenha sido requerida na petição inicial.
- e) Acolhido o pedido de desconconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude contra credores, será nula em relação ao adquirente.

**42.** A respeito da tutela de evidência, é correto afirmar que

a) é possível sua concessão, mesmo nos casos em que a prova documental não seja suficiente e não exista abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.

b) pode ser deferida em pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.

c) é necessária a comprovação do periculum in mora, consistente no perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

d) não pode, em hipótese alguma, ser deferida liminarmente, em atenção ao princípio do devido processo legal.

e) em todos os casos, é necessária a existência de jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal em consonância com o pedido do autor, aliada a algum fato ensejador de abuso do direito de defesa do réu.

**43.** Assinale a alternativa que traz uma causa de extinção do processo sem resolução do mérito.

a) O juízo arbitral reconhecer sua incompetência.

b) Decisão de ofício sobre a existência de decadência.

c) O processo ficar parado durante mais de 9 (nove) meses, por negligência das partes.

d) Homologação de renúncia formulada na reconvenção.

e) Reconhecimento de existência de preempção, litispendência ou de coisa julgada.

**44.** A ação civil pública será proposta

a) no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa, e sua propositura prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

b) no domicílio do autor e sua propositura não prevenirá a jurisdição do juízo para ações posteriormente intentadas, ainda que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo pedido.

c) exclusivamente na Capital do Estado, quando este for réu e no Distrito Federal, quando ré for a União.

d) em qualquer comarca do Estado, quando este for réu e sua propositura prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

e) sempre no domicílio do réu, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa, e sua propositura prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

**45.** Disposição de lei que veda concessão de medidas liminares que esgotem, no todo ou em parte, o objeto da ação proposta contra o Estado, acha mitigação jurisprudencial

a) em se tratando de aquisição de medicamento indispensável à sobrevivência da parte.

b) apenas em ações de interesses de pessoas idosas, por lhes ser garantida prioridade no trâmite processual.

c) em qualquer circunstância, porque declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

d) somente nos casos em que a impugnação, do mesmo ato de autoridade, nas vias do mandado de segurança, seja de competência originária de tribunal.

e) apenas em ação civil pública.

**46.** Em relação à ação rescisória,

- a) seu rol é meramente exemplificativo, abrangendo na atual sistemática processual os atos homologatórios praticados no curso da execução.
- b) O depósito que acompanha a petição inicial somente é dispensado aos tenham obtido o benefício de gratuidade da justiça, à Defensoria Pública e ao Ministério Público.
- c) o Ministério Público pode ajuizá-la apenas se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.
- d) seu objeto deve abranger necessariamente a decisão meritória em sua integralidade, e no caso de violar manifestamente norma jurídica poderá ser objeto apenas 1 (um) capítulo.
- e) sua propositura não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.

**47.** Sobre o que prevê o CPC acerca das provas, assinale a alternativa correta.

- a) É admissível a distribuição diversa do ônus da prova por meio de convenção das partes, mas sua celebração somente pode ocorrer durante o processo.
- b) Todas as vezes que a parte alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário deverá provar-lhe o teor e o conteúdo, além de sua vigência.
- c) Se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena.
- d) A confissão é, em regra, divisível, não podendo a parte que a quiser invocar como prova aceitá-la no tópico que a beneficiar e rejeitá-la no que lhe for desfavorável, porém cindir-se-á quando o confitente a ela aduzir fatos novos, capazes de constituir fundamento de defesa de direito material ou de reconvenção.
- e) O rol de testemunhas conterà, obrigatoriamente, o nome, a profissão, o estado civil, a idade, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, o número de registro de identidade e o endereço completo da residência e do local de trabalho.

**48.** Em relação ao entendimento jurisprudencial sobre ações possessórias, assinale a alternativa correta:

- a) Não será deferida a posse a quem, evidentemente, tiver o domínio, se com base neste for ela disputada.
- b) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, suscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.
- c) A Justiça Comum é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
- d) O ente público detém legitimidade e interesse para intervir incidentalmente na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva inclusive, se for o caso, o domínio.
- e) É admissível o interdito proibitório para a proteção do direito autoral.

**ASPECTOS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL  
APLICADOS À FAZENDA PÚBLICA**

Igor Maciel

49. No que se refere à citação, é correto afirmar:

a) ela será pessoal, mas pode ser feita na pessoa do representante legal ou do procurador do réu, desde que no processo de conhecimento.

b) a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público e privado são citados perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.

c) na ação de usucapião de imóvel, os confinantes serão citados pessoalmente, salvo se a ação tiver por objeto unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada.

d) a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e as entidades da administração indireta são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas obrigatoriamente por esse meio.

e) o despacho que ordena a citação interrompe a prescrição, salvo se proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação.

50. Com relação à tutela provisória requerida contra a Fazenda Pública, é correto afirmar:

a) É possível a concessão de medida liminar que tenha por objeto a reclassificação ou equiparação de servidores públicos.

b) No mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de quarenta e oito horas.

c) O recurso voluntário ou ex officio, interposto contra sentença em processo cautelar, proferida contra pessoa jurídica de direito público ou seus agentes, que importe em outorga ou adição de vencimentos ou de reclassificação funcional, terá somente efeito devolutivo.

d) As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o Presidente do Tribunal estender os efeitos da

suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original.

e) Compete ao relator, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

51. Marcelo, Procurador do Estado X, percebe um subsídio de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais). No mês de maio de 2021, a Fazenda Pública estadual saiu vencida definitivamente de diversas ações, de modo que, se houvesse a divisão dos honorários sucumbenciais devidos aos advogados públicos estaduais, renderia R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) para cada membro. Diante dessa situação, é correto afirmar:

a) Os Procuradores dos Estados podem perceber honorários sucumbenciais, desde que observado o teto constitucional no somatório total às demais verbas remuneratórias recebidas mensalmente.

b) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas ou de prova e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em suas últimas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

c) A sentença condena o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor, mas os advogados públicos não percebem honorários de sucumbência, por vedação expressa da lei.

d) Os advogados públicos são remunerados por subsídio, através de parcela única, o que impede a percepção de outras verbas pecuniárias que tenham fundamento diverso, a exemplo das verbas honorárias sucumbenciais que estão fundadas no fato objetivo do resultado da demanda.

e) Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao

advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, sendo-lhe somente vedado requerer que o precatório seja expedido em seu favor.

**52.** Acerca das normas que disciplinam a Ação Civil Pública, é correto afirmar:

a) A ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, vedada a utilização de ação cautelar pela incompatibilidade com os fins do instituto.

b) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, somente o Ministério Público possui legitimada para assumir a titularidade ativa.

c) Qualquer pessoa, bem como o servidor público, poderão provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

d) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, se requerido pelo autor.

e) A requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, poderá o Presidente do Tribunal a que competir o conhecimento do respectivo recurso suspender a execução da liminar, em decisão fundamentada, da qual caberá agravo para uma das turmas julgadoras, no prazo de 5 (cinco) dias a partir da publicação do ato.

**53.** Além de outros previstos no Código de Processo Civil de 2015, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação. Tal regra é denominada de:

a) Quebra de decoro, constituindo ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o

juiz, sem prejuízo de outras sanções, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, inclusive aos advogados públicos ou privados e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público.

b) Litigância de má-fé, que não se confunde com o ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz, condenar o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.

c) Contempt of court, constituindo ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz, sem prejuízo de outras sanções, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, não se aplicando essa multa, contudo, aos advogados públicos ou privados e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público.

d) Sham litigation, configurando ato ilícito de abuso do direito de ação, podendo gerar indenização por danos morais e materiais.

e) Resistência injustificada, constituindo litigância de má-fé, devendo o juiz, condenar o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.

**54.** Aplica-se o benefício do prazo duplicado para a Fazenda Pública:

a) no âmbito dos Juizados da Fazenda Pública.

b) no depósito do rol de testemunhas.

c) na impugnação ao cumprimento da sentença.

d) na intervenção de uma fundação de direito público como assistente.

e) na ação direta de inconstitucionalidade.

55. Com relação aos embargos à execução fiscal, é correto afirmar:

- a) Não será admitida compensação.
- b) São admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.
- c) Será admitida reconvenção.
- d) As exceções de suspeição e incompetência serão arguidas como matéria preliminar.
- e) No prazo dos embargos, o executado deverá juntar aos autos o rol de testemunhas, até duas.

56. Com relação às normas referentes aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, é correto afirmar:

- a) Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da entrega da requisição do juiz à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório.
- b) As obrigações definidas como de pequeno valor a serem pagas independentemente de precatório terão como limite 20 (vinte) salários mínimos.
- c) Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido para pagamento independentemente do precatório, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo vedado à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente.
- d) O saque do valor depositado poderá ser feito pela parte autora, pessoalmente, em qualquer agência do banco depositário, mediante apresentação de alvará.
- e) O saque do valor depositado por meio de procurador somente poderá ser feito na agência destinatária do depósito, mediante procuração específica, com firma reconhecida, da qual constem o valor originalmente depositado e sua procedência.

57. O nexo causal, representado pela relação de causa e efeito entre a conduta estatal e o dano suportado pela vítima, é elemento essencial para configuração da responsabilidade civil do Estado. Sobre ele, desenvolveram-se diversas teorias. A teoria segundo a qual os antecedentes do resultado não se equivalem e apenas o evento que se vincular direta e imediatamente com o dano será considerado causa necessária do dano é denominada de:

- a) *Conditio sine qua non*.
- b) Teoria da interrupção do nexo causal.
- c) Teoria da equivalência das condições.
- d) Teoria da causalidade direta e mediata.
- e) Teoria da causalidade adequada.

58. Com relação à Fazenda Pública em juízo, à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar:

- a) É incabível ação monitória contra a Fazenda Pública.
- b) Não são devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.
- c) A prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, ficando reduzida aquém de cinco anos se o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.
- d) A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.
- e) A Fazenda Pública, quando parte no processo, não fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito.

59. Segundo o Código de Processo Civil de 2015, com relação ao cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, não impugnada a execução ou rejeitadas as arguições da executada:

a) expedir-se-á, por intermédio do juiz da execução, precatório em favor do exequente, observando-se o disposto na Constituição Federal.

b) o exequente apresentará demonstrativo discriminado e atualizado do crédito contendo o nome completo e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do exequente.

c) o tribunal realizará o pagamento de obrigação de pequeno valor no prazo de 3 (três) meses contado da entrega da requisição.

d) por ordem do juiz, dirigida à autoridade na pessoa de quem o ente público foi citado para o processo, o pagamento de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de 2 (dois) meses contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente.

e) mesmo em se tratando de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada não poderá ser, desde logo, objeto de cumprimento.

60. Acerca do pedido de suspensão em Mandado de Segurança, é correto afirmar:

a) Quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada ou do Ministério Público e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença, dessa decisão caberá agravo, com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição.

b) Indeferido o pedido de suspensão ou provido o agravo interno, caberá novo pedido de suspensão ao Superior Tribunal de Justiça, competente para conhecer de eventual recurso especial.

c) O incidente da suspensão de liminar e de sentença, por não ser sucedâneo recursal, é inadequado para a apreciação do mérito da controvérsia.

d) Não cabe pedido de suspensão quando negado provimento a agravo de instrumento interposto contra a liminar que cause grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

e) A interposição de agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o poder público e seus agentes prejudica o julgamento do pedido de suspensão.

## DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

61. Não é requisito para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil:

a) haver sido proferida por juiz competente;

b) estar traduzida por intérprete autorizado;

c) ter sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;

d) não tenha sido verificada à revelia;

e) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida.

62. Serão registrados em registro público, exceto:

a) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz;

b) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa;

c) a emancipação em razão do exercício de emprego público efetivo;

d) a sentença declaratória de ausência e de morte presumida;

e) os nascimentos, casamentos e óbitos.

**63.** A usucapião, modo de aquisição originário da propriedade, faz predominar a situação de fato, de uso, sobre a situação formal. Assim, quem adquire por usucapião, adquire *ex novo*, apagando as situações jurídicas anteriores. Em relação à usucapião, assinale a alternativa incorreta:

- a) a existência de contrato de arrendamento mercantil do bem móvel impede a aquisição de sua propriedade pela usucapião, contudo, verificada a prescrição da dívida, inexistente óbice legal para prescrição aquisitiva;
- b) o bem imóvel público não está sujeito a usucapião;
- c) aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural;
- d) aquele que, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis;
- e) é possível alegar usucapião contra os outros condôminos, uma vez cessado o estado de indivisão e comprovada a posse exclusiva da coisa.

**64.** O prazo para a Administração Pública cobrar o particular por algum dano ocasionado a um prédio público é de:

- a) três anos, por ser questão de indenização por danos materiais;
- b) cinco anos, por ser dívida líquida constituída em autuação, que é documento público;
- c) cinco anos, por aplicação de previsão expressa em legislação específica;
- d) cinco anos, por aplicação analógica do prazo prescricional que se aplica no caso de ação de indenização contra a Fazenda Pública;
- e) um ano.

**65.** Pelo contrato estimatório, o consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada. Em relação a esse tipo de contrato, é correto afirmar que:

- a) o consignatário não se exonera da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível, ainda que por fato a ele não imputável;
- b) a coisa consignada pode ser objeto de penhora ou seqüestro pelos credores do consignatário, enquanto não pago integralmente o preço;
- c) o consignante pode dispor da coisa antes de lhe ser restituída ou de lhe ser comunicada a restituição;
- d) é contrato gratuito;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

**66.** Após a abertura da sucessão definitiva, caso o ausente não retorne e nenhum interessado promova a sucessão definitiva, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município quando passados:

- a) oito anos;
- b) cinco anos;
- c) dez anos;
- d) três anos;
- e) vinte anos.

**67.** O prazo do beneficiário para reclamar do segurador em caso de seguro civil obrigatório é:

- a) decadencial e de dez anos, já que é uma responsabilidade contratual;
- b) prescricional, de três anos, já que é uma responsabilidade extracontratual;
- c) decadencial, de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- d) prescricional, de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- e) prescricional, de cinco anos, pois é referente a valor certo e líquido.

68. Em relação à compra e venda, assinale a alternativa correta:

a) a venda de bem entre ascendente e descendente, por meio de interposta pessoa, é ato jurídico anulável, aplicando-se o prazo decadencial de 2 (dois) anos previsto no art. 179 do Código Civil;

b) a venda de bem entre ascendente e descendente, por meio de interposta pessoa, é ato jurídico anulável, aplicando-se o prazo prescricional de 2 (dois) anos previsto no art. 179 do Código Civil;

c) é nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.;

d) podem ser comprados em hasta pública, pelos tutores, curadores, testamentários e administradores, os bens confiados à sua guarda ou administração;

e) é nula a venda realizada a relativamente incapaz.

69. O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto, perfazendo-se com a tradição do objeto. Em relação a essa modalidade de contrato, é correto afirmar que:

a) se não tiver prazo convencional, restará presumido que será pelo tempo necessário para o uso concedido;

b) o comodatário poderá recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada;

c) se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, serão individualmente responsáveis por esta em relação ao comodante;

d) os tutores poderão dar em comodato bens confiados à sua guarda independentemente de autorização especial;

e) o caso fortuito ou a força maior são hipóteses em que poderá se eximir o comodatário de responder por danos ao comodante em qualquer hipótese.

70. Em relação à mora, é correto afirmar que:

a) apenas o devedor poderá estar em mora;

b) apenas o credor poderá estar em mora;

c) não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora;

d) nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora desde a interpelação judicial ou extrajudicial;

e) não havendo termo, a mora se constitui exclusivamente mediante interpelação judicial.

## DIREITO DO TRABALHO

Lucas Pessoa

71. Assinale a alternativa CERTA:

a) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo deixar o emprego e não for readmitido dentro de 90 (noventa) dias subsequentes à sua saída.

b) Não será considerada falta ao serviço, para efeito do cálculo dos dias de férias a que tem o empregado, a ausência do empregado durante a suspensão preventiva para responder a inquérito administrativo.

c) Será considerada falta ao serviço, para efeito do cálculo dos dias de férias a que tem o empregado, a ausência do empregado justificada pela empresa, entendendo-se como tal a que não tiver determinado o desconto do correspondente salário;

d) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 10 (dez) dias.

e) Após cada período de 6 (seis) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias.

**72.** Assinale a alternativa CERTA:

- a) Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, com prejuízo da remuneração.
- b) Constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.
- c) Em caso de aborto não criminoso, a mulher celetista terá direito a repouso remunerado de trinta dias.
- d) O direito ao pagamento do adicional de insalubridade é verba salarial, podendo ser suprimido ainda que se torne ausente o agente insalubre.
- e) O empregado afastado do emprego não tem direito às vantagens concedidas, durante a sua ausência, à categoria que integra na empresa.

**73.** Assinale a alternativa CERTA:

- a) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- b) É livre a associação profissional ou sindical, observado que é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- c) As pretensões quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescrevem em cinco anos para os trabalhadores urbanos e em dois anos para os rurais.
- d) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de quinze dias, nos termos da lei.
- e) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de tempo de serviço, sexo, idade, cor ou estado civil.

**74.** Assinale a alternativa CERTA:

- a) Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de qualquer outra doença grave, de modo que, inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego.
- b) Os contratos de trabalho celebrados com a Administração Pública sem concurso público após a Constituição Federal de 1988 são nulos, sem que se possa reconhecer qualquer direito ao trabalhador.
- c) Segundo o TST, na hipótese de uma relação de emprego ter sido reconhecida apenas em juízo, não incidirá a multa pelo não pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação no prazo legal.
- d) A estabilidade provisória da empregada gestante começa a ser garantida a partir do momento em que a empregada comunique a sua gravidez ao empregador.
- e) Um frentista de um posto de gasolina que opere diretamente bomba de gasolina exerce uma atividade considerada perigosa.

**75.** Assinale a alternativa correta acerca do aviso prévio:

- a) O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de uma hora diárias, sem prejuízo do salário integral.
- b) O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral.
- c) O empregador que, durante o prazo do aviso prévio dado ao empregado, praticar ato que justifique a rescisão imediata do contrato sujeita-se apenas ao pagamento da remuneração correspondente ao prazo do referido aviso.
- d) É facultado ao empregador conceder sete dias corridos ou a redução de duas horas durante o período de aviso prévio.
- e) O empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a

rescisão, receberá apenas os direitos referentes à metade do respectivo prazo.

**76.** Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O contrato de experiência não poderá exceder de 90 (noventa) dias.
- b) O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 1 (um) ano.
- c) Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência não dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.
- d) Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento imprevisível.
- e) O contrato por prazo determinado não será válido em se tratando: de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo.

#### **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

Lucas Pessoa

**77.** Em relação à competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
- b) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação ajuizada por empregado em face de empregador relativa ao cadastramento no Programa de Integração Social.
- c) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.
- d) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e

trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.

e) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar os dissídios coletivos de greve, com exceção dos que envolvam servidores públicos estatutários; para processar e julgar esses dissídios, a competência será, conforme o caso, do STJ, de tribunal regional federal ou de tribunal de justiça.

**78.** Em execução trabalhista movida por empregado celetista, da decisão proferida nos embargos à execução que seja desfavorável ao Estado, incumbirá ao Procurador:

- a) Interpor agravo de petição.
- b) Interpor agravo de instrumento.
- c) Impetrar mandado de segurança.
- d) Interpor recurso ordinário.
- e) Interpor embargos de declaração.

**79.** Considere as seguintes decisões:

- I. Que homologa a desistência da ação.
  - II. Que indefere a petição inicial.
  - III. Que acolhe exceção de incompetência com remessa dos autos para Tribunal Regional distinto.
  - IV. Que concede tutela provisória antes da sentença.
- Caberá Recurso Ordinário contra as decisões mencionadas APENAS em
- a) I e II.
  - b) I, III e IV.
  - c) II e IV.
  - d) I, II e III.
  - e) III e IV.

**80.** Quanto à sentença no Direito Processual do Trabalho, é correto afirmar:

- a) a fundamentação da sentença faz coisa julgada material.
- b) o relatório da sentença faz coisa julgada material.
- c) a decisão mencionará sempre as custas que devam ser pagas pela parte vencida.
- d) em relação aos requisitos essenciais da sentença, em qualquer rito no processo do trabalho, é obrigatório o relatório, sob pena de nulidade da decisão.
- e) é dispensada, nas decisões cognitivas ou homologatórias, a indicação da natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.

**81.** Em relação aos atos processuais, prevê a CLT que:

- a) a penhora não poderá realizar-se em domingo ou dia feriado.
- b) sua realização ocorre nos dias úteis, das 6 (seis) às 22 (vinte e duas) horas.
- c) sua realização ocorre nos dias úteis, das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.
- d) a penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.
- e) as audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão entre 6 (seis) e 20 (vinte) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

**82.** Assinale a alternativa ERRADA:

- a) O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.
- b) O prazo para apresentação de exceção de incompetência territorial é de 5 (cinco) dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção
- c) O seguimento de recurso de revista que não demonstre transcendência com relação aos

reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica poderá ser denegado monocraticamente pelo relator, cabendo agravo ao órgão colegiado contra tal decisão.

d) Das decisões das turmas do TST que divergirem entre si ou das decisões proferidas por seção de dissídios individuais cabem embargos de divergência no prazo de oito dias, os quais serão julgados pelo Pleno do TST.

e) Das decisões das turmas do TST que divergirem entre si ou das decisões proferidas por seção de dissídios individuais cabem embargos de divergência no prazo de oito dias, os quais serão julgados pela SBDI-1.

## DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

**83.** Quanto aos princípios que regem o direito ambiental assinale a alternativa correta:

a) O princípio da prevenção tem aplicação quando os riscos ambientais do empreendimento ou atividade são incertos e desconhecidos, como no caso de uso de certos organismos transgênicos.

b) O princípio da cooperação dos povos, no âmbito do direito ambiental, acaba por afetar a soberania dos países, que renunciam a parcela dessa soberania em prol da preservação do meio ambiente.

c) Os deveres ambientais decorrentes do princípio da função ambiental da posse/propriedade possuem natureza *propter rem*, ou seja, eles aderem ao objeto da posse/propriedade, sendo transferidos ao adquirente.

d) O princípio da vedação do retrocesso ambiental é um princípio absoluto, não admitindo flexibilização, mesmo que seja temporária e excepcionalmente.

e) O princípio da participação envolve a própria educação ambiental, incumbindo ao Poder Público promovê-la nos ensinamentos fundamental e médio. Já no ensino superior esta incumbência cabe à própria comunidade acadêmica.

**84.** Quanto ao licenciamento ambiental assinale a alternativa correta:

- a) As ações de licenciamento, registro, autorizações, concessões e permissões relacionadas à fauna, à flora, e ao controle ambiental são de competência exclusiva dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente e dos órgãos internacionais especializados na tutela do meio ambiente.
- b) A licença prévia autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.
- c) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por diversos entes federativos, em conjunto, haja vista o princípio da cooperação federativa.
- d) No procedimento de licenciamento ambiental os demais entes federativos interessados podem manifestar-se ao órgão responsável pela licença ou autorização, de maneira vinculante, respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental.
- e) A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

**85.** Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação assinale a alternativa correta:

- a) O Refúgio de Vida Silvestre, unidade pertencente ao grupo de proteção integral, tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.
- b) Zona de amortecimento é a porção de ecossistema natural ou seminatural, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para

sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

- c) Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável, dentre outras unidades, a área de proteção ambiental, a floresta nacional, a reserva de fauna e o parque nacional.
- d) As unidades de conservação só podem ser criadas por lei.
- e) O subsolo e o espaço aéreo sempre integram os limites das unidades de conservação, ante o princípio da proteção integral.

**86.** Em relação ao código florestal assinale a alternativa correta:

- a) O chefe do executivo não poderá instituir novas área de preservação permanente, haja vista que o rol do artigo 4º do Código Florestal é exaustivo.
- b) A área mínima à título de reserva legal, em imóvel rural localizado fora da Amazônia Legal, é de 25%.
- c) As áreas de preservação permanente só podem estar localizadas em área rural.
- d) Será admitido o cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual da Reserva Legal do imóvel, desde que esse benefício não implique a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo, a área a ser computada esteja conservada ou em processo de recuperação e o proprietário ou possuidor tenha requerido inclusão do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR.
- e) Considera-se área de preservação permanente as restingas, em toda a sua extensão.

**87.** Quanto à responsabilidade ambiental assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva, ou seja, independe de culpa ou dolo.
- b) Dentre as sanções aplicáveis às infrações administrativas ambientais temos a proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até cinco anos.
- c) A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato, evitando o bis in idem.
- d) O que fundamenta a possibilidade de imposição de sanções administrativas ambientais ao infrator é o poder de polícia, que é a prerrogativa que a Administração Pública detém de impor limitações às liberdades individuais em prol do interesse público.
- e) Verificada a infração ambiental, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos. Os animais serão obrigatoriamente libertados em seu habitat para que possam seguir seu processo de desenvolvimento.

**88.** Quanto aos recursos hídricos assinale a alternativa correta:

- a) A competência para legislar sobre águas é concorrente entre União, Estados e DF.
- b) Um dos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos é que a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.
- c) Dentre os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos estão os Planos de Recursos Hídricos, que deverão ser elaborados por bacia hidrográfica, por Município e para o País.
- d) Mesmo as derivações, captações e lançamentos de recursos hídricos considerados insignificantes dependem de outorga do poder público.
- e) A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, na ausência de uso por dois anos consecutivos.

**89.** Quanto à Política Nacional do Meio Ambiente assinale a alternativa correta:

- a) Entende-se por poluição a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, afetem desfavoravelmente a biota, afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente ou lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.
- b) O Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA tem como órgão superior o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.
- c) É instrumento da PNMA os sistemas estaduais de informações sobre o meio ambiente.
- d) A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua. Sendo temporária, seu prazo mínimo será de 20 (vinte) anos.
- e) A servidão ambiental perpétua equivale, para fins creditícios, tributários e de acesso aos recursos de fundos públicos, à Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

**90.** Quanto à tutela constitucional do meio ambiente assinale a alternativa correta:

- a) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem público dominical e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- b) A competência administrativa ambiental é concorrente entre União, Estados e DF.
- c) A Floresta Amazônica brasileira, o Cerrado, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Caatinga são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- d) São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

e) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

## DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

**91.** Sobre a renúncia de receitas na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa incorreta.

a) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência.

b) A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

c) Uma das possíveis condições é a de que a renúncia deve estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

d) Uma das possíveis condições é a de que haja demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

e) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício seguinte e nos dois posteriores, se for o caso, em que deva iniciar sua vigência.

**92.** Sobre a independência administrativa e financeira dos poderes Judiciário, Legislativo e Ministério Público, assinale a afirmativa incorreta.

a) Os poderes Judiciário, Legislativo e o Ministério Público elaboram suas próprias propostas parciais que são encaminhadas ao poder executivo, responsável pelo envio da proposta consolidada ao Legislativo.

b) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

c) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

d) Se os tribunais não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, não receberão os repasses constitucionais a tempo.

e) Os poderes Judiciário, Legislativo e o Ministério Público elaboram suas próprias propostas parciais que são encaminhadas ao poder executivo, responsável pelo envio da proposta consolidada ao Legislativo.

**93.** A Emenda Constitucional nº 109 de 15 de março de 2021 (EC nº109/21) reforçou a necessidade de todos os entes federais (União, Estados, Distrito Federal e os Municípios) manterem o controle da dívida pública. Sobre o disposto, assinale a afirmativa incorreta.

a) Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.

b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis

c) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

d) A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.

e) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

**94.** Dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é matéria que, dentre outras, compete à Lei

a) Geral do Orçamento.

b) do Plano Plurianual.

c) de Diretrizes Orçamentárias.

d) do Orçamento Anual.

e) de Responsabilidade Fiscal.

**95.** O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Além disso, é correto afirmar que

a) o refinanciamento da dívida pública não constará da lei orçamentária.

b) a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias apenas nos casos em que a amortização seja superior a 60 meses.

c) a lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração inferior a um exercício financeiro.

d) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

e) serão incluídas na lei orçamentária as despesas do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, exceto aqueles destinados a benefícios e assistência aos servidores.

## DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

**96.** Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos

a) e relativos à atividade da empresa, desde que autorizados por escrito.

b) mesmo que não sejam relativos à atividade da empresa ou que não tenham sido autorizados por escrito.

c) e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.

d) ou fora deles, desde que relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.

e) ou fora deles, ainda que não relativos à atividade da empresa ou que não autorizados por escrito.

97. São revogáveis os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida. Essa revogação dar-se-á por ação

a) revocatória, a ser proposta pelo Ministério Público, por qualquer credor ou pelo administrador judicial em dois anos contados da prática do ato fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratou.

b) declaratória de evicção, a ser proposta por qualquer credor ou pelo Ministério Público em dois anos contados da prática do ato fraudulento.

c) revocatória, que deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de três anos contados da decretação da falência.

d) de nulidade de negócio jurídico, a ser proposta por qualquer interessado e pelo Ministério Público em dois anos da decretação da falência.

e) pauliana, a ser proposta por qualquer credor ou pelo Ministério Público em até quatro anos da decretação da falência.

98. Em relação aos contratos empresariais seguintes,

a) no contrato de alienação fiduciária em garantia, o credor fiduciário tem o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa alienada, ficando o devedor fiduciante como depositário e possuidor direto do bem, que nada impede já pertencesse ao devedor por ocasião da celebração do contrato.

b) verificada a mora no contrato de alienação fiduciária em garantia de bens móveis, haverá a pronta exigibilidade das prestações vincendas, cabendo ao credor fiduciário requerer em juízo a reintegração da posse do bem objeto do contrato.

c) a exploração da atividade de faturização de créditos é exclusiva das instituições financeiras, pois necessita de autorização do Banco Central.

d) os contratos de leasing são restritos a bens móveis, por se tratar de um híbrido de locação e compra e venda pelo valor residual.

e) o desconto bancário implica a transferência de crédito do descontário ao banco e este lhe paga o valor correspondente, deduzidos os juros e encargos, sem possibilidade de endosso em nenhuma hipótese, pelo caráter personalíssimo da operação.

99. Em relação à sociedade limitada,

a) a responsabilidade de cada sócio é adstrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem a título subsidiário pela integralização do capital social.

b) os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

c) o contrato social poderá prever a regência supletiva de sua administração pelas normas das sociedades cooperativas.

d) a administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.

e) uma vez integralizado o capital, este não pode ser reduzido, mas somente majorado, por decisão da maioria simples dos sócios.

**100.** Cleber e Maurício estabelecem uma sociedade, mas os atos constitutivos dessa sociedade, embora elaborados e subscritos pelos interessados, não foram levados a registro. Maurício realizou contrato com terceiro em nome da sociedade, sem que Cleber tenha participado da negociação. Nesta situação,

a) somente Maurício tem responsabilidade pelas obrigações contraídas e não tem direito ao benefício de ordem.

b) somente Maurício tem responsabilidade pelas obrigações contraídas, mas é lhe assegurado o benefício de ordem.

c) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações contraídas, mas somente Maurício está excluído do benefício de ordem.

d) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e ambos têm assegurado o benefício de ordem.

e) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, mas nenhum deles tem assegurado o benefício de ordem.

**Estratégia**  
Carreira Jurídica

# Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-Regular-de-Procuradoria-05-06>



**Estratégia**  
Carreira Jurídica